

19 de março de 2018.

À: Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

At.: Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores

**Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis nº REL/2018
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

Prezados Senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa
Sócia

Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	13

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3259.9234
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
Nova Lima – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 1.a. e 10 às demonstrações contábeis, que indicam que em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 959.349 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos no montante de R\$ 945.798 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº.1.a. e 10, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases

Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.c às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações

contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Descontinuidade da Concessão através de relicitação do contrato de concessão

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b, onde a Administração da Companhia informa que protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela Companhia, e, conseqüentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado na Nota explicativa nº. 8, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Companhia até o momento da referida relicitação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionados à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nºs 8 – “Intangível”, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam 95% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, o pedido de relicitação nos termos da Lei nº 13.448 de 2017 ocorrido em 11 de setembro de 2017, atrelados ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2016.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo, bem como a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752).

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações

disponíveis, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752). Também revisamos outras premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - MG

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - MG

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.387	18.796
Contas a receber	4	22.615	31.739
Estoques		3.756	2.803
Tributos a recuperar	5.a	449	7.133
Adiantamentos diversos		424	534
Despesas antecipadas		2.592	2.590
Partes relacionadas	6	-	234
Total do ativo circulante		<u>45.223</u>	<u>63.829</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		3.967	2.887
Imobilizado	7	27.772	34.697
Intangível	8	<u>1.587.358</u>	<u>1.405.780</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.619.097</u>	<u>1.443.364</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.664.320</u></u>	<u><u>1.507.193</u></u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	42.393	61.367
Empréstimos e financiamentos	10	945.798	951.333
Salários e encargos sociais a recolher		9.276	9.831
Tributos a recolher	5.c	3.765	6.124
Adiantamentos de clientes		76	4
Provisão para manutenção	20	2.464	1.194
Provisão ambiental	21	800	806
Outras contas a pagar		-	17.046
Total do passivo circulante		<u>1.004.572</u>	<u>1.047.705</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.615	5.785
Empréstimos e financiamentos	10	7.611	8.455
Partes relacionadas	6	75.009	37.643
Impostos diferidos passivos	5.b	38.803	1.318
Provisão para riscos	11	1.636	745
Provisão ambiental	21	2.726	2.726
Total do passivo não circulante		<u>131.400</u>	<u>56.672</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	591.200	397.500
Prejuízos acumulados		<u>(62.852)</u>	<u>(49.684)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>528.348</u>	<u>347.816</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	55.000
Total do patrimônio líquido		<u>528.348</u>	<u>402.816</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.664.320</u></u>	<u><u>1.507.193</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	13	312.427	290.146
Receita de construção	13	126.667	216.473
Custo dos serviços prestados	14	(189.217)	(180.348)
Custo de construção	14	<u>(125.413)</u>	<u>(214.331)</u>
LUCRO BRUTO		<u>124.464</u>	<u>111.940</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(41.019)	(38.939)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	<u>(44)</u>	<u>159</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(41.063)</u>	<u>(38.780)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	1.262	3.537
Despesas financeiras	15	<u>(60.336)</u>	<u>(39.224)</u>
Total		<u>(59.074)</u>	<u>(35.687)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.327	37.473
Imposto de renda e contribuição social	5.d	<u>(37.485)</u>	<u>(10.596)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(13.158)</u>	<u>26.877</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação ordinária (básico e diluído)	16	<u>(0,019)</u>	<u>0,069</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(13.158)</u>	<u>26.877</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(13.158)</u></u>	<u><u>26.877</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Total	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Subscrito	A integralizar				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		395.000	-	395.000	(76.561)	2.500	320.939
Integralização de capital social	12.a	2.500	-	2.500	-	(2.500)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.a	-	-	-	-	55.000	55.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.867	-	26.867
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>397.500</u>	<u>-</u>	<u>397.500</u>	<u>(49.694)</u>	<u>55.000</u>	<u>402.806</u>
Integralização de capital social	12.a	273.000	(79.300)	193.700	-	(55.000)	138.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	(13.158)	-	(13.158)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>670.500</u>	<u>(79.300)</u>	<u>591.200</u>	<u>(62.852)</u>	<u>-</u>	<u>528.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas	13	<u>571.623</u>	<u>630.661</u>
Receita operacional		340.808	316.393
Receita de construção		230.813	314.213
Outras receitas		2	55
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(234.432)</u>	<u>(337.388)</u>
Custo de construção	13	(125.413)	(214.331)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(105.831)	(123.057)
Perda/recuperação de valores ativos		(3.111)	-
Outros custos		<u>(77)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado bruto		<u>337.191</u>	<u>293.273</u>
Retenções		<u>(48.853)</u>	<u>(36.497)</u>
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(48.853)</u>	<u>(36.497)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>288.338</u>	<u>256.776</u>
Valor adicionado recebido em transferência		<u>1.262</u>	<u>11.444</u>
Receitas financeiras	15	<u>1.262</u>	<u>11.444</u>
Total do valor adicionado a distribuir		<u>289.600</u>	<u>268.220</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>289.600</u>	<u>268.220</u>
Pessoal e encargos		<u>48.361</u>	<u>49.049</u>
Remuneração direta		31.778	34.571
Benefícios		13.648	11.115
FGTS		2.781	2.327
Outros		154	1.036
Impostos, taxas e contribuições		<u>87.500</u>	<u>44.562</u>
Federais		72.073	30.389
Estaduais		175	
Municipais		15.252	14.173
Remuneração capital de terceiros		<u>166.897</u>	<u>147.732</u>
Juros		90.539	90.240
Aluguéis		2.415	2.692
Outras		73.943	54.800
Remuneração de capital próprio		<u>(13.158)</u>	<u>26.877</u>
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício		<u>(13.158)</u>	<u>26.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		24.327	37.473
Depreciação e amortização	7 e 8	48.853	36.497
Baixa de imobilizado e intangível		91	8.060
Provisão para manutenção		1.270	874
Perda no recebimento de créditos		1.244	5.628
Provisão para riscos		891	1.898
Margem de construção		(1.254)	(2.142)
Variações monetárias e encargos, líquidos		42.999	2.240
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		9.124	(9.345)
Estoques		(953)	(174)
Tributos a recuperar		6.684	4.005
Depósitos judiciais		(1.080)	(1.575)
Adiantamentos		110	2.619
Despesa antecipada		(2)	763
Parte relacionada		234	-
Outros		-	6.457
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(23.883)	7.987
Salários e encargos sociais a recolher		(555)	(285)
Impostos e contribuições a recolher		(2.359)	(2.037)
Impostos pagos		-	(6.824)
Adiantamento de clientes		72	(334)
Partes relacionadas		37.366	22.022
Outras obrigações e contas a pagar		(16.255)	5.425
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>126.924</u>	<u>119.232</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(1.369)	(6.203)
Aquisição de intangível	8	(113.474)	(258.826)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(114.843)</u>	<u>(265.029)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital		138.700	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	55.000
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	160.479
Custo de captação	10	(48.183)	(11.283)
Pagamento de empréstimos de financiamentos	10	(29.452)	(1.266)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(76.555)	(51.921)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(15.490)</u>	<u>151.009</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(3.409)</u>	<u>5.212</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	18.796	13.584
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>15.387</u>	<u>18.796</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(3.409)</u>	<u>5.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2017, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$959.349 (R\$981.051 em 31 de dezembro de 2016), devido ao financiamento de curto prazo no montante de R\$945.798 com o BNDES. O vencimento original do empréstimo PONTE firmado com o BNDES era 15 de março de 2016 e, em 31 de março de 2017, após aditamentos anteriores, foi prorrogado para 15 de junho de 2018.

A Companhia negociou junto ao BNDES inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes, conforme Nota explicativa nº 11.

A Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais e com o cronograma de obras, não tendo havido nenhum descumprimento.

1.b) Continuidade Operacional

As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente entre 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, e 2017, com impactos negativos na arrecadação da Companhia e também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura em sua forma atual.

Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040 em 08 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas demonstrações contábeis o pedido ainda não havia sido homologado pelo poder concedente.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a Companhia e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a Companhia manterá os serviços prestados conforme os níveis de serviços a serem, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo.

À Companhia caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão

1.c) Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da INVEPAR ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 19 de março de 2018.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

2.5 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12)

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia reconhece as perdas na realização dos créditos levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento) e são reconhecidos como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de dois meses do reconhecimento do crédito, prazo máximo contratual de contestação junto às Administradoras de Meios Automáticos de Pagamentos (“AMAPs”), do reconhecimento do crédito.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (IFRIC12)) e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida

útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.12 Ajuste para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14 Tributação

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Companhia é habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”) desde 08 de maio de 2014 e esta habilitação possui validade de 05 anos contados a partir desta data. O REIDI suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as vendas de bens e serviços a pessoas jurídicas que tenham projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

2.15 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado ("PLR")

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.18 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;

- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassé”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que

puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.19 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.20 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.22 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.23. Normas, Alterações e Interpretações de normas.

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduce novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber. Até as análises mais recentes, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações são tratadas como revisão do CPC 06.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	(Reclassificado) 31/12/2016
Caixa e Bancos	8.094	1.526
Valor em poder da transportadora de valores	3.224	2.270
Aplicações Financeiras		
Compromissadas com lastro em debêntures	952	15.000
Fundo de investimento CAIXA Mover (*)		
Letras Financeiras do Tesouro - SELIC	2.523	-
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	594	-
	<u>15.387</u>	<u>18.796</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2017 a taxa de rentabilidade destas aplicações era de 75% a 99% do CDI (88% a 100,8% em 31 de dezembro de 2016).

(*) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2017, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRÔRIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AVI (*)	14.358	13.154
Vale pedágio	1.219	1.180
Ocupação da faixa de domínio (**)	7.038	17.405
	<u>22.615</u>	<u>31.739</u>

(*) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 29 dias.

(**) Os saldos apresentados advém da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.

A Companhia não registra a estimativa para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), reconhecendo como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido, conforme nota explicativa 14.

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social	-	6.330
IRRF sobre aplicações financeiras	171	494
PIS, COFINS e CSLL a recuperar	138	152
INSS a recuperar	134	150
Outros	6	7
	<u>449</u>	<u>7.133</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal	-	10.158
Base negativa da contribuição social	-	3.658
Participação nos lucros e resultado (PLR)	-	639
Provisões não dedutíveis	-	1.242
Juros capitalizados (*)	(34.296)	(12.874)
Margem de construção RTT (**)	(1.547)	(1.607)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(2.960)	(2.534)
	<u>(38.803)</u>	<u>(1.318)</u>

Impostos Diferidos – Ativo	-	15.697
Impostos Diferidos – Passivo	(38.803)	(17.015)

(*) A partir de 2016, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017.

(**) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Com a adesão do pedido de relicitação nos termos da Lei nº 13.448 de 2017 ocorrido em 11 de setembro de 2017, a Companhia, devido a falta de expectativa de geração de base tributável futura, realizou a baixa dos impostos diferidos ativos no montante de R\$ 15.697. Desta forma, o saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias totalizam o montante de R\$ 42.538 (R\$14.905 em 31 de dezembro de 2016).

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS	1.174	1.052
ISS	1.749	2.626
IRRF e CSRF	500	1.782
INSS sobre terceiros	226	664
Outros	116	-
	<u>3.765</u>	<u>6.124</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.327	37.473
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(8.271)	(12.741)
Adições permanentes	(1.582)	(1.933)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(11.935)	4.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(21.788)	(10.596)
Baixa de imposto diferido ativo de períodos anteriores	(15.697)	-
Total dos impostos no resultado	<u>(37.485)</u>	<u>(10.596)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	31/12/2017		
			Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	-	22.870	(13.355)
INVEPAR	Outorga de Garantia(**)	Controladora	-	52.139	(24.011)
			<u>-</u>	<u>75.009</u>	<u>(37.366)</u>
Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	31/12/2016		
			Ativo circulante	Passivo não circulante	(Despesas)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	-	9.515	(8.063)
INVEPAR	Outorga de Garantia(**)	Controladora	-	28.128	(14.580)
LAMSAC	Serviços compartilhados (*)	Coligada	96	-	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	138	-	-
			<u>234</u>	<u>37.643</u>	<u>(22.643)</u>

(*)Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(**)Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.

Procedimento arbitral com parte relacionada – OAS

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo.

Em 12 de fevereiro de 2017, a Companhia interpôs processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A, no valor estimado de R\$ 17.800.

As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou como provável a probabilidade de êxito do procedimento arbitral. Nenhum registro contábil foi realizado referente a este prognóstico.

Remuneração da administração

Em 28 de Abril de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 5.504.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta pelos valores abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	1.014	1.856
Encargos	439	371
Bônus	1.241	374
Outros benefícios	578	167
	<u>3.272</u>	<u>2.768</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou o montante de R\$ 1.241 (R\$374 em 31 de dezembro de 2016), de bônus para os administradores.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Instalações	10	9	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	10	13.545	33	-	(34)	13.544
Móveis e utensílios	10	4.704	22	-	156	4.882
Veículos	20	18.047	-	(29)	-	18.018
Equipamentos de informática	20	13.776	58	(91)	162	13.905
Outros		-	972	-	-	972
		<u>50.081</u>	<u>1.085</u>	<u>(120)</u>	<u>284</u>	<u>51.330</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(2)	(1)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos		(3.954)	(1.355)	-	13	(5.296)
Móveis e utensílios		(626)	(478)	-	(4)	(1.108)
Veículos		(7.748)	(3.604)	14	-	(11.338)
Equipamentos de informática		(3.054)	(2.765)	15	(8)	(5.813)
		<u>(15.384)</u>	<u>(8.203)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>(23.558)</u>
Imobilizado líquido		<u>34.697</u>	<u>(7.119)</u>	<u>(91)</u>	<u>284</u>	<u>27.772</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Instalações	10	56	-	-	(47)	9
Máquinas e equipamentos	10	13.158	598	(3)	(208)	13.545
Móveis e utensílios	10	2.658	1.069	(5)	982	4.704
Veículos	20	18.156	42	(151)	-	18.047
Equipamentos de informática	20	7.105	2.352	(67)	4.386	13.776

informática					
Adiantamento a fornecedores	9	786	(795)	-	-
Imobilizado em andamento	446	-	-	(446)	-
	<u>41.588</u>	<u>4.847</u>	<u>(1.021)</u>	<u>4.667</u>	<u>50.081</u>
Depreciação acumulada					
Instalações	(8)	(5)	-	11	(2)
Máquinas e equipamentos	(1.950)	(2.002)	-	(2)	(3.954)
Móveis e utensílios	(158)	(459)	-	(9)	(626)
Veículos	(4.184)	(3.621)	57	-	(7.748)
Equipamentos de informática	(1.085)	(1.987)	-	18	(3.054)
	<u>(7.385)</u>	<u>(8.074)</u>	<u>57</u>	<u>18</u>	<u>(15.384)</u>
Imobilizado líquido	<u>34.203</u>	<u>(3.227)</u>	<u>(964)</u>	<u>4.685</u>	<u>34.697</u>

Redução ao valor recuperável do ativo (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota Explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme nota explicativa 11, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

8. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Custo						
Software	5 anos	8.495	14	-		8.509
Direitos da concessão	(*)	1.122.747	188	-	(5.359)	1.117.576
Adiantamento a fornecedores		963	193	-	(485)	671
Intangível em construção		311.944	222.117	-	5.560	539.621
		<u>1.444.149</u>	<u>222.512</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>1.666.377</u>
Amortização acumulada						
Software		(1.832)	(1.717)	-	-	(3.549)
Direitos da concessão		(36.537)	(38.933)	-	-	(75.470)
		<u>(38.369)</u>	<u>(40.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(79.019)</u>
Intangível líquido		<u>1.405.780</u>	<u>181.862</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>1.587.358</u>

	Prazo de vida útil	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custo						
Software	5 anos	4.113	1.950	-	2.432	8.495
Direitos da concessão	(*)	707.318	7.288	-	408.141	1.122.747
Adiantamento a fornecedores		5.046	162	(3.033)	(1.212)	963
Intangível em construção		416.014	314.051	(4.094)	(414.027)	311.944
		<u>1.132.491</u>	<u>323.451</u>	<u>(7.127)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>1.444.149</u>
Amortização acumulada						
Software		(642)	(1.173)	-	(17)	(1.832)
Direitos da concessão		(9.316)	(27.250)	31	(2)	(36.537)
		<u>(9.958)</u>	<u>(28.423)</u>	<u>31</u>	<u>(19)</u>	<u>(38.369)</u>
Intangível líquido		<u>1.122.533</u>	<u>295.028</u>	<u>(7.096)</u>	<u>(4.685)</u>	<u>1.405.780</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de Abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota Explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment")

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da Companhia na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno da das regulamentações da Lei 13.448/17 em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	31/12/2017	(Reclassificado)* 31/12/2016
Circulante		
Fornecedores nacionais	33.128	53.056
Retenções contratuais	5.297	7.353
Verba de fiscalização (ANTT)	3.968	958
	<u>42.393</u>	<u>61.367</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais **	5.615	5.785
	<u>48.008</u>	<u>67.152</u>

* Os saldos referentes a multas do poder concedente, no montante de R\$2.825, já impetradas contra a Companhia foram reclassificadas para a Rubrica de Fornecedores, de forma a refletir de maneira mais adequada a essência da operação.

** Refere-se à contrato de fornecimento de torres de transmissão que estão sendo liquidadas em dezembro.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
BNDES – Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	Junho/18	956.253	974.234
BNDES – FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	8.476	9.746
Custo de captação				(11.320)	(24.192)
Total				<u>953.409</u>	<u>959.788</u>
Circulante				945.798	951.333
Não circulante				7.611	8.455

Descrição	31/12/2016	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos (**)	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2017
Passivo circulante								
BNDES - Ponte	974.234	(28.186)	(76.021)	86.225	-	-	-	956.252
BNDES - FINAME	1.291	(1.266)	(534)	531	-	-	844	866
Custos a amortizar	(24.192)	-	-	-	(48.182)	61.054	-	(11.320)
	951.333	(29.452)	(76.555)	86.756	(48.182)	61.054	844	945.798
Passivo não circulante								
BNDES - FINAME	8.455	-	-	-	-	-	(844)	7.611
	8.455	-	-	-	-	-	(844)	7.611
Total de empréstimos e financiamentos	959.788	(29.452)	(76.555)	86.756	(48.182)	61.054	-	953.409

Descrição	31/12/2015	Captações	Amortização do principal	Juros pagos (*)	Juros incorridos (**)	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Transferência	31/12/2016
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	775.542	160.479	-	(51.313)	89.526	-	-	-	974.234
BNDES - FINAME	1.294	-	(1.266)	(608)	605	-	-	1.266	1.291
Custos a amortizar	(5.774)	-	-	-	-	(56.580)	38.162	-	(24.192)
	771.062	160.479	(1.266)	(51.921)	90.131	(56.580)	38.162	1.266	951.333
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	9.721	-	-	-	-	-	-	(1.266)	8.455
	9.721	-	-	-	-	-	-	(1.266)	8.455
Total de empréstimos e financiamentos	780.783	160.479	(1.266)	(51.921)	90.131	(56.580)	38.162	-	959.788

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Os juros incorridos foram de R\$ 86.756 (R\$ 128.294 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 70.163 capitalizados no intangível em 2017 (R\$97.747 em 31 de dezembro de 2016), conforme Nota Explicativa 22.

BNDES – Ponte

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016, depois para 15 de maio de 2017 e atualmente a data de vencimento foi rolada para 15 de Junho de 2018.

A Companhia renegotiou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de maio de 2017 a Companhia encerrou o período de carência do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciará a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações da Companhia que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade,

representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária. As cartas de fiança são aditadas a cada nova rolagem do prazo de vencimento da dívida.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

BNDES - Finame

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2017, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/2024
			<u>12.026</u>	

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	31/12/2016	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/12/2017
Trabalhista	654	744	(171)	-	1.227
Cíveis	91	362	(44)	-	409
Total	745	1.106	(215)	-	1.636

	31/12/2015	Adições	Reversões	Atualização monetária	(Reclassificado)* 31/12/2016
Trabalhista	72	801	(229)	10	654
Cíveis	13	148	(70)	-	91
Total	85	949	(299)	10	745

* Os saldos referentes a multas do poder concedente, no montante de R\$2.825, já impetradas contra a Companhia foram reclassificadas para a Rubrica de Fornecedores, na NE10 de forma a refletir de maneira mais adequada a essência da operação.

O montante das causas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2017 é de R\$32.259 (R\$12.764 em 31 de dezembro de 2016), onde R\$14.821 (R\$7.913 em 31 de dezembro de 2016) representam causas de natureza trabalhista e R\$17.438 (R\$4.851 em 31 de dezembro de 2016) representam causas de natureza cível. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. Existem causas de natureza cível com probabilidade de perda

possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	706.866.817	100	706.866.817

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia encontrava-se integralizado em R\$397.500 correspondente a 397.830.039 ações ordinárias.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$273.000, mediante a emissão de 309.036.778 ações ordinárias sem valor nominal, deste total R\$ 273.000 foi integralizado R\$113.700 em dinheiro e R\$ 55.000 decorrente do adiantamento para futuro aumento de capital, até a data base de 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital subscrito da Companhia é de R\$670.500, sendo, R\$591.200 integralizados e R\$79.300 a integralizar, representados por 706.866.817 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017 o capital social encontrava-se integralizado em R\$591.200 (R\$397.500 em 31 de dezembro 2016).

b) Reserva legal

A Companhia destinará 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

13. RECEITAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Receitas por natureza	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de pedágio	333.095	309.279
Receita extraordinária	7.712	7.114
Receita de construção	126.667	216.473
Deduções da receita		
PIS	(2.292)	(2.132)
COFINS	(10.579)	(9.837)
ISS	(15.510)	(14.278)
Receita líquida	<u>439.094</u>	<u>506.619</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Custos e despesas por natureza	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(56.353)	(56.767)
Conservação e manutenção	(41.226)	(35.164)
Comunicação, marketing e publicidade	(231)	(305)
Seguros e garantias	(5.955)	(5.262)
Combustíveis e lubrificantes	(6.108)	(6.902)
Consultoria e assessoria	(1.920)	(2.928)
Taxas e impostos (*)	(14.627)	(12.977)
Alugueis	(2.415)	(2.692)
Serviços de terceiros	(19.008)	(18.784)
Perda no recebimento de créditos (**)	(1.244)	(5.628)
Provisão para riscos	(1.224)	(1.898)
Serviços compartilhados	(13.355)	(8.063)
Depreciação e amortização	(48.853)	(36.497)
Custo de construção	(125.413)	(214.331)
Outros	(13.332)	(25.261)
	<u>(355.692)</u>	<u>(433.459)</u>
Custo dos serviços prestados	(189.217)	(180.348)
Custo de construção	(125.413)	(214.331)
Despesas gerais e administrativas	(41.019)	(38.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	(43)	159
	<u>(355.692)</u>	<u>(433.459)</u>

(*) Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no contrato de concessão no montante de R\$14.428 em 31 de dezembro de 2017 (R\$12.812 em 31 de dezembro de 2016).

(**) Refere-se ao reconhecimento da perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos 60 dias do reconhecimento do crédito não recebido.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre aplicações financeiras	1.011	1.792
Varição monetária ativa	249	106
Descontos obtidos	1	58
Ajuste a valor presente	-	1.568
Outros	-	13
Total receitas financeiras	<u>1.262</u>	<u>3.537</u>
Comissões e despesas bancárias	(12.573)	(7.135)
Juros sobre financiamentos	(16.593)	(15.554)
Juros passivos	(6.955)	(110)
Outros (*)	(24.215)	(16.425)
Total despesas financeiras	<u>(60.336)</u>	<u>(39.224)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(59.075)</u>	<u>(35.687)</u>

No exercício de 2017, a Companhia incorreu em R\$137.108 de despesas de juros do empréstimo e custo de cartas de fiança (R\$128.294 em 31 de dezembro de 2016).

Deste total, o montante de R\$ 104.146 foi capitalizado no intangível (R\$97.747 em 31 de dezembro de 2016) e o restante de R\$32.962 mantido no resultado (R\$ 15.555 em 31 de dezembro de 2016).

(*) Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme NE 7.

16. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador básico		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(13.158)	26.877
Denominador básico		
Média ponderada por lote de mil ações	<u>706.867</u>	<u>395.068</u>
Lucro líquido / prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$	<u>(0,019)</u>	<u>0,069</u>

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	505.134	20/03/17 a 20/03/18	Fator Seguradora S.A.
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/17 a 01/08/18	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/17 a 01/08/18	Tóquio Marine
Edificações (Almox Nova Lima)	6.780	20/01/17 a 20/01/18	Mitsui
Edificações (Almox Paracatu)	1.750	08/03/17 a 09/03/18	Porto Seguro
Veículos	Tabela FIPE	18/09/17 a 18/09/18	Itau
D&O	100.000	20/03/17 a 20/03/18	XL Seguros
Fiança locatícia	539.897	28/08/16 a 28/08/18	Pottencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia “PER”.

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

(c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice

de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	<u>Valor</u>
Verba de fiscalização	10.410*
Verba de segurança no trânsito	1.334*
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844*

*Atualizadas anualmente conforme preconizado no Contrato de Concessão

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR-040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade Companhia, com fixação do prazo e das condições para o seu cumprimento integral.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais; - Recuperação e manutenção; - Sinalização e elementos de proteção e segurança; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Obras de arte especiais; - Canteiro central e faixa de domínio; - Pavimento; e - Sistemas elétricos e de iluminação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; - Obras de ampliação de capacidade e melhorias; - Obras em trechos urbanos; - Obras de manutenção de nível de serviço; e - Obras emergenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas elétricos e de iluminação; - Pavimento; - Elementos de proteção e segurança; - Obras de arte especiais; - Sistema de drenagem e obras de arte correntes; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Canteiro central e faixa de domínio; - Edificações e instalações operacionais; e - Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços; - Centro de controle operacional; - Equipamentos e veículos da administração; - Sistemas de controle de tráfego; - Sistemas de atendimento ao usuário; - Sistemas de pedágio e controle de arrecadação; - Sistema de comunicação; - Sistema de pesagem; - Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e - Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	15.387	18.796
Aplicação financeira (a)	-	-
Créditos a receber (b)	22.615	31.739
Partes relacionadas (b)	-	234
Total do ativo	<u>38.002</u>	<u>50.769</u>
Passivos		
Fornecedores (b)	48.008	67.152
Partes relacionadas (b)	75.009	37.643
Empréstimos e financiamentos (b)	953.409	959.788
Outras contas a pagar (b)	15.813	20.578
Total do passivo	<u>1.077.593</u>	<u>1.082.336</u>

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para

as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	15.387	-	15.387	-
Total	15.387	-	15.387	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	18.796	-	18.796	-
Total	18.796	-	18.796	-

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da UR-TJLP.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas anuais consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	9.78%	7,34%	4,89%
Selic (% ao ano)	9.80%	12.25%	14.70%
TJLP Passivo (% ao ano)	7.12%	8,90%	10,68%
IPCA (% ao ano)	2.95%	3.69%	4.43%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	952	93	70	47
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	2.523	247	309	371
Títulos públicos federais - NTN	IPCA	595	18	73	26
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos	TJLP	956.253	68.085	85.107	102.128

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de dezembro de 2017, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida	953.409	959.788
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	(15.387)	(18.796)
Dívida líquida	<u>938.022</u>	<u>940.992</u>
Patrimônio líquido (*)	<u>528.348</u>	<u>347.816</u>
Endividamento líquido	<u>1.466.370</u>	<u>1.288.808</u>

(*) Montante líquido do AFAC

g) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Dado o processo de relicitação, conforme citado na NE 01, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização.

<u>31 de dezembro de 2017</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	957.118	7.611			964.729
Fornecedores	12.797	5.615			18.412

<u>31 de dezembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	951.333	8.455			959.788
Fornecedores	58.542	1.535	1.535	2.715	64.327

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R\$2.464 a título de provisão para manutenção (R\$1.194 em 31 de dezembro de 2016).

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de dezembro de 2017 é de 14,25% a.a (14,25% a.a em 31 de dezembro de 2016).

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações contábeis é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

21. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconhece R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$3.526 (R\$800 no passivo circulante e R\$2.726 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

A taxa para cálculo do valor presente é de 13,75% a.a.

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as transações não caixa conforme segue abaixo.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	4.739	39.527
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	104.146	97.747

23. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº18.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu em 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

24. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu R\$126.667, como receita de construção (R\$216.473 em 31 de dezembro de 2016) e como margem de construção R\$1.254 (R\$2.142 em 31 de dezembro de 2016).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.657.868 (R\$1.435.654 em 31 de dezembro de 2016), incluindo R\$671 (R\$963 em 31 de dezembro de 2016) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



2017



UMA EMPRESA

invepar
RODOVIAS



ÍNDICE

1. AOS ACIONISTAS.....	3
2. A VIA 040	3
3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
4. GESTÃO ESTRATÉGICA	5
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	5
RECURSOS HUMANOS	5
GESTÃO DE QUALIDADE	5
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	5
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	7
DESEMPENHO OPERACIONAL	7
6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	7
RECEITA OPERACIONAL	8
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	8
EBITDA E MARGEM EBITDA	9
RESULTADO FINANCEIRO	9
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	9
DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO	10
INVESTIMENTOS	11
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
AUDITORIA INDEPENDENTE.....	11
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	11
AGRADECIMENTOS.....	12

1. AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas e do mercado as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

2. A VIA 040

A VIA 040 é a segunda maior concessão rodoviária do país, sendo o principal eixo de ligação entre o Centro-Oeste Brasileiro e a região Sudeste. O trecho sob concessão compreende 936,8 Km (novecentos e trinta e seis quilômetros e oitocentos metros), dos quais 8,4 Km (oito quilômetros e quatrocentos metros) estão inseridos no Distrito Federal, 157,3 Km (cento e cinquenta e sete quilômetros e trezentos metros) em Goiás e 771,1 Km (setecentos e setenta e um quilômetros e cem metros) em Minas Gerais. Ao longo de sua extensão a rodovia abrange 35 municípios, de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG), sendo estes com forte potencial econômico e turístico, por onde trafegam diversos produtos e serviços com alta representatividade na economia nacional, como minério de ferro, grãos, equipamentos industriais, além de fomentar o turismo das regiões ao seu entorno.

As operações da Companhia foram iniciadas em 22 de outubro de 2014 e, desde então, foram realizados diversos investimentos como duplicação de 73 km, a construção de 22 unidades de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), além da conclusão de 4 retornos de nível, bem como a recuperação de 714 km de pavimento ao longo do trecho concedido, entre outros. É subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que foi a empresa vencedora do Leilão da Concessão do trecho supracitado.

A VIA 040 é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que em 2017, por meio de suas concessões, administrou 2.337 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”). No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”). GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimentou mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a Invepar possui a MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro. Com sua entrada em operação em 2016, o MetrôRio passou a ser o prestador de serviços para sua operação. A construção da Linha 4 é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração.

3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi um ano de desafios não só para a Via 040, mas para todo o setor de infraestrutura, que enfrentou seu quarto ano de crise. Após 2 anos de recessão, em que foram registradas duas quedas consecutivas de 3,5% no Produto Interno Bruto (“PIB”), a economia nacional mostrou uma tímida recuperação ao longo do ano e o PIB apresentou crescimento de 1,0% em 2017 segundo dados

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”). Apesar do resultado positivo, a economia nacional retornou, em termos reais, ao patamar observado no primeiro semestre de 2011¹. A taxa de investimento¹ em 2017 caiu para 15,6% de 16,1% observado no ano anterior.

A inflação oficial, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), em doze meses, alcançou 2,94% em dezembro de 2017, configurando uma queda de 3,35 pontos percentuais sobre o índice alcançado em dezembro de 2016¹. Esta queda reflete o baixo nível de atividade econômica no país, apesar da pequena recuperação no ano.

Diante da deterioração significativa das condições macroeconômicas e socioeconômicas desde 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, a Companhia sofreu com impactos negativos na arrecadação, também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais gerando incertezas significativas quanto à rentabilidade do projeto de infraestrutura em sua forma atual.

Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040 em 08 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas informações financeiras intermediárias o pedido ainda não havia sido homologado pelo poder concedente.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a Companhia e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo.

À Companhia caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

Mesmo diante das dificuldades, a Via 040 realizou obras ao longo do ano, garantindo mais qualidade e segurança aos usuários ao longo da rodovia. Entre elas, tem-se a conclusão da duplicação do viaduto Telésphoro Cândido de Rezende, localizado no trecho que passa por Congonhas (MG). Foi antecipada a obra de construção da Passarela em Ribeirão das Neves com o objetivo de melhorar a segurança dos usuários (local com alto número de atropelamentos), realizadas reformas de 4 postos da Polícia Rodoviária Federal e modernização de 19 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs).

A Via 040 fechou o ano de 2017 com Receita Líquida Ajustada de R\$ 312,4 milhões, 7,7% superior ao ano anterior. Este crescimento ocorreu, principalmente, devido ao reajuste tarifário, a partir de julho de 2017. O EBITDA Ajustado somou R\$ 133,9 milhões, apresentando crescimento de 22,8% frente aos R\$ 108,7 milhões em 2016. O Resultado do Exercício de 2017 foi de R\$ 13,2 milhões negativos.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

4. GESTÃO ESTRATÉGICA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas suas Companhias, reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização.

A VIA 040 acredita que a ética é fundamental para o desenvolvimento de seu negócio e o crescimento profissional de seus colaboradores. Por isso, todas as suas ações são baseadas no Código de Ética do Grupo Invepar.

O Código de Ética do Grupo Invepar orienta a conduta dos seus colaboradores e fornecedores a fim de prevenir a prática de irregularidades, desvios e atos ilícitos, orientando-os a observar, no trato com seus stakeholders, os seguintes valores e princípios gerais: Pessoas e Equipes, Honestidade, Responsabilidade Socioambiental, Empreendedorismo, Comprometimento, Respeito e Inovação.

Como mecanismo de controle, o Grupo Invepar mantém ativo canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias.

RECURSOS HUMANOS

Desenvolver, manter e atrair talentos humanos é o nosso objetivo. Para isso, a Companhia prioriza a contratação de mão-de-obra da região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras, investe em treinamentos, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. Fechamos o ano de 2017 com 901 colaboradores. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da Via 040 na superação de seus desafios.

GESTÃO DE QUALIDADE

Em março de 2017 a Companhia passou por mais um ciclo de auditoria para garantir a manutenção da certificação à norma ABNT ISSO 14.001:2004, pelo qual o órgão certificador deliberou pela manutenção da certificação.

Visando a melhoria contínua dos processos, a Via 040 fortaleceu a equipe de auditores realizando treinamento de Interpretação da norma ABNT ISO 14.001:2015 (nova versão) e a realização do 3º Ciclo de Auditoria Interna de todos os processos da Companhia.

Para o fortalecimento da educação ambiental, houve a realização de treinamentos sobre a gestão de animais na rodovia e atendimento a acidentes com cargas perigosas a todos os trabalhadores envolvidos no processo. Adicionalmente, na sede administrativa foi criada uma sistemática de Diálogos de Meio Ambiente com toda a equipe onde são discutidos assuntos como consumo consciente de insumos, coleta seletiva e desempenho ambiental da Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde o início da concessão, em 22 de abril de 2014, a Companhia vem se estruturando para garantir o atendimento de todas as premissas contratuais previstas no PER, sejam elas relacionadas à operação, manutenção, meio ambiente e atuação social.

No que se refere ao desenvolvimento, promoção, articulação e envolvimento com os stakeholders ao longo dos 936,8 Km da rodovia, a Companhia possui quatro áreas correlacionadas que garantem sua

atuação, são elas: Coordenação de Faixa de Domínio, Coordenação de Meio Ambiente, Coordenação Socioambiental e Gerência de Relações Institucionais.

Em relação à atuação socioambiental, a Companhia propõe ações que respeitem e estejam relacionadas à cultura de cada município para que, dessa forma, seja possível promover propostas relacionadas ao desenvolvimento local das áreas diretamente afetadas pelo empreendimento.

Neste sentido, as ações em benefícios sociais, econômicos e regionais realizados pela Companhia até o momento foram diagnósticos, mapeamentos, reuniões com as lideranças comunitárias na área de abrangência da concessão, atendimento às demandas das comunidades, além de ações de relacionamento com públicos específicos.

Afim de fortalecer a atuação social da Companhia, a Via 040 é associada do Instituto Ethos, o que permite integrar sua gestão e estratégia focando no desenvolvimento social, econômico e ambientalmente responsável.

Também é associada da *Childhood* do Brasil que tem como compromisso engajar nas práticas de responsabilidade social da empresa ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia. Essa parceria insere a Companhia em uma iniciativa de cunho social, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento local dos municípios ao longo do trecho sob concessão, além de engajar a empresa para requisitos como GRI e acordos globais, ISO 8000 e ISO 26000.

A Via 040 é empresa signatária do Pacto Global, uma iniciativa global, com amplo reconhecimento da comunidade empresarial e sociedade civil organizada, por acreditar que é importante tanto para o direcionamento de suas ações quanto para a reputação da marca. A contribuição financeira ao Pacto Global é realizada pela Invepar em nome de todas as empresas e o Relatório Anual da Invepar (GRI) é utilizado como evidência dos avanços dos compromissos das empresas signatárias ao Pacto Global.

Projeto de Plantio Compensatório

O plantio de mudas de árvores nativas e a manutenção das espécies são ações de contrapartida da Concessionária para as obras de implantação da duplicação, praças de pedágio e bases operacionais que aconteceram desde o início do Contrato de Concessão, bem como a melhoria da trafegabilidade que envolveu a supressão de árvores há menos de 9m do bordo da pista.

O projeto consiste no plantio e a manutenção das mudas por 3 anos, que inclui os serviços de roçada ou capina, adubação e controle das formigas cortadeiras, além do replantio de mudas que por ventura morreram durante o ano. Dentre as espécies plantadas encontram-se ipês, jequitibás, cedros e jatobás que são quatro das cerca de 40 espécies que tem como objetivo a melhoria do equilíbrio ecológico das áreas beneficiadas.

Em 2016, houve o plantio de 9.475 mudas em Belo Horizonte e Itabirito, sendo 5.000 no Parque Municipal Jacques Cousteau (BH), 1.700 na Estação Estadual Ecológica Arêdes (Itabirito) e 2.100 na Praça de Pedágio 9 – PP09 (Itabirito). Em 2017, incluindo a manutenção das espécies plantadas 2016, houve o plantio de mais 675 mudas no Monumento Natural Serra da Moeda, em área dentro da faixa de domínio da BR 040 (próxima à PP09).

Plano de Gestão Social

De acordo com o Plano de Exploração da Rodovia (“PER”), documento que especifica todas as condições para execução do Contrato, a Concessionária entregou à ANTT o Plano de Gestão Social (“PGS”). O Plano visa orientar os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário e indenizações necessárias para implementação do empreendimento, de modo a garantir a

manutenção ou melhoria das condições de vida da população afetada. Além desses objetivos, as informações socioeconômicas serão utilizadas para avaliação do impacto social das intervenções, necessárias para a execução do projeto de melhoria da rodovia.

O objetivo geral do Plano de Gestão Social da VIA 040 visa possibilitar a condução dos processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário de população e indenizações resultantes da implementação do Contrato de Concessão com base nas melhores práticas de mercado, garantindo que as condições de vida das Pessoas Afetadas pelo Projeto (“PAPs”) não fiquem piores do que eram quando do início do projeto.

Foram identificadas e cadastradas 6.017 edificações, sendo 3.164 caracterizadas em termos sociais, demográficos e econômicos. A identificação das edificações se deu a partir da Área Diretamente Afetada (“ADA”) pelo empreendimento – um raio de 55 metros para as margens direita e esquerda, sendo 40 metros de faixa de domínio e 15 metros de área não edificante.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	2017	2016	▲
VEPs*	66.415	66.095	0,5%
Veículos leves	21.438	21.528	-0,4%
Veículos Pesados	44.977	44.567	0,9%
Tráfego**	33.738	33.478	0,8%
Veículos Leves	21.874	21.781	0,4%
Veículos Pesados	10.957	10.881	0,7%
Veículos Isentos	907	816	11,2%
Tarifa Média (R\$)	5,02	4,68	7,2%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo*

***Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia*

Em 2017, a Companhia registrou 66,4 milhões de VEP’s em suas praças de pedágio, frente a 66,1 milhões em 2016, o que representou um aumento de 0,5%. O leve crescimento no número total de VEP’s se deu por uma melhora no volume de veículos pesados, fator de maior representatividade na receita de pedágio da Companhia, enquanto o fluxo de veículos leves registrou uma pequena queda em relação a 2016. Tal comportamento está relacionado a tímida e gradual melhora da economia nacional ao longo do ano de 2017, que ainda apresentou uma alta taxa de desemprego, influenciando negativamente o tráfego de veículos leves.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Via 040 apresenta suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ano de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

RECEITA OPERACIONAL

A partir de 30 de julho de 2017, a tarifa básica das praças de pedágio foi reajustada, conforme contrato de concessão, de R\$ 4,80 para R\$ 5,30, o que representou um aumento de 10,4%. Esse aumento englobou o reajuste tarifário contratual além do reequilíbrio econômico financeiro em função da inclusão de investimentos e custos operacionais referentes aos controladores de velocidade que estavam sob responsabilidade do DNIT.

Receita Operacional (R\$ mil)	2017	2016	▲
Receita Bruta	467.474	532.866	-12,3%
Receitas com Pedágio	333.095	309.279	7,7%
Receitas Acessória	7.712	7.114	8,4%
Receita de Construção (IFRS)	126.667	216.473	-41,5%
Receita Bruta Ajustada¹	340.807	316.393	7,7%
Deduções da Receita Bruta	(28.381)	(26.247)	8,1%
Receita Líquida Ajustada¹	312.426	290.146	7,7%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 312,4 milhões em 2017, um aumento de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal impacto na receita com pedágio está aliado ao reajuste da tarifa básica das praças, vigente a partir de 30 de julho de 2017, de 10,4%, passando de R\$ 4,80 para R\$ 5,30. Em relação à receita acessória foram firmados novos contratos, responsáveis por 72% do crescimento nesta rubrica, além da atualização pelo IPCA dos contratos já existentes.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas (R\$ mil)	2017	2016	▲
Custos & Despesas Operacionais	(355.692)	(434.653)	-18,2%
Pessoas e encargos	(56.353)	(56.767)	-0,7%
Conservação & Manutenção	(55.601)	(35.164)	58,1%
Seguros e Garantias	(2.532)	(5.262)	-51,9%
Demais despesas operacionais e administrativas	(65.670)	(85.438)	-23,1%
Provisão para manutenção	(1.270)	(1.194)	6,3%
Depreciação e amortização	(48.853)	(36.497)	33,9%
Custo de Construção	(125.413)	(214.331)	-41,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(229.009)	(219.128)	4,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados^{1,2}	(180.156)	(182.631)	-1,4%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

² Descosidera os efeitos de depreciação e amortização.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados totalizaram R\$ 229,0 milhões em 2017, frente a R\$ 219,1 milhões no ano anterior, o que representou um aumento de 4,5%. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pelo incremento de 58,1% nos gastos com conservação e manutenção, previstos no contrato de concessão.

Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 180,2 milhões, uma redução de 1,4% em relação a 2016. Esta queda reflete os trabalhos da companhia na gestão eficiente dos custos e despesas e pode ser observado pela redução nos gastos com pessoal e despesas operacionais e administrativas.

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2017	2016	▲
EBIT	83.402	73.162	14,0%
(+) Depreciação & Amortização	48.853	36.497	33,9%
EBITDA¹	132.255	109.659	20,6%
Margem EBITDA¹	30,1%	21,6%	+8,5 p.p
Ajustes	16	(948)	-101,6%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(126.667)	(216.473)	41,5%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	125.413	214.331	-41,5%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) ¹	1.270	1.194	6,3%
EBITDA Ajustado²	132.271	108.711	21,7%
Margem EBITDA Ajustado²	42,3%	37,5%	+4,9 p.p

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção;

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 132,3 em 2017, um aumento de 21,7% em relação ao número apurado em 2016. Tal variação ocorreu, principalmente, pelo aumento da receita líquida de pedágio, proveniente do reajuste tarifário de 10,4% em vigor desde 30 de julho de 2017. A margem EBITDA ajustada apresentou 4,9 pontos percentuais de aumento em relação ao período anterior, atingindo 42,3% em 2017.

RESULTADO FINANCEIRO

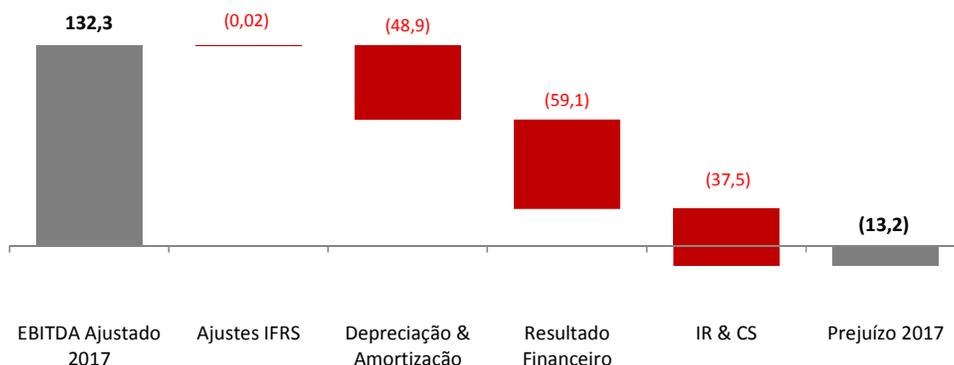
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2016	▲
Resultado Financeiro	(59.075)	(35.687)	65,5%
Receitas Financeiras	1.261	3.537	-64,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.011	1.792	-43,6%
Variação monetária e cambial	249	106	135,4%
Descontos Obtidos	1	58	-98,5%
Outros	-	1.581	n.m.
Despesas Financeiras	(60.336)	(39.224)	53,8%
Comissões e despesas bancárias	(12.573)	(7.135)	76,2%
Juros sobre financiamentos	(16.593)	(15.554)	6,7%
Variação monetária passiva	(6.955)	(110)	6223,0%
Outros	(24.215)	(16.425)	47,4%

Em 2017 o resultado financeiro da companhia totalizou R\$ 59,1 milhões de despesas financeiras, um aumento de R\$23,4 milhões, ou 65,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ocorreu principalmente em função dos custos com a renovação do empréstimo ponte.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	2017	2016	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(13.158)	26.877	-149,0%

A Companhia apurou prejuízo de R\$ 13,2 milhões em 2017, o que representou uma reversão de seu resultado em relação ao ano anterior, quando obteve um lucro de R\$ 26,9 milhões. O aumento dos custos e despesas operacionais ajustados, e o incremento nos gastos devido à rolagem do vencimento do empréstimo ponte contribuíram para esta reversão.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2017	2016	▲
Dívida Líquida	938.022	940.992	-0,3%
Disponibilidades	15.387	18.796	-18,1%
Caixa e equivalentes de caixa	15.387	18.796	-18,1%
Dívida Bruta	953.409	959.788	-0,7%
Curto Prazo	945.798	951.333	-0,6%
Empréstimos e Financiamentos	945.798	951.333	-0,6%
Longo Prazo	7.611	8.455	-10,0%
Empréstimos e Financiamentos	7.611	8.455	-10,0%

A Companhia encerrou o ano de 2017 com uma redução do seu endividamento de 0,3%, ou aproximadamente R\$ 3,0 milhões. A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 953,4 milhões no final 2017 frente a uma dívida bruta de R\$ 959,8 milhões ao final de 2016.

A Companhia renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de junho de 2018, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que apresente nova(s) carta(s) de fiança(s) ou aditivos às atuais em valor equivalente ao saldo devedor do contrato e a inclusão de nova hipótese de vencimento antecipado.

O fator preponderante sobre o saldo da dívida bruta é o financiamento contratado junto ao BNDES (“PONTE”) que, desde 15 de maio de 2017, encerrou seu período de carência e, conforme o novo acordo, iniciou a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2017	2016	▲
Investimento Total	115.966	193.166	-40,0%
Imobilizado	1.085	4.847	-77,6%
Intangível	222.512	323.451	-31,2%
Software e Outros	207	1.950	-89,4%
Direito de Concessão (Investimento)	188	7.450	-97,5%
Intangível em construção	222.117	314.051	-29,3%
(-) Transação Não Caixa	(108.885)	(137.274)	-20,7%
(-) Margem de Construção	1.254	2.142	-41,5%

No exercício de 2017, em comparação a 2016, houve uma redução de 40,0% no volume de investimentos da Companhia. O volume investido está relacionado principalmente à duplicação do viaduto Telésphoro, da reforma nos postos da Polícia Rodoviária Federal e modernização de 19 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do pedido de adesão ao processo de relicitação realizado pela Companhia, explicado anteriormente, a Via 040 reafirma que até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a Companhia. Após a emissão do acordo entre as partes a duração das operações da Companhia estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo.

AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”).

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Nossos auditores não nos prestaram qualquer outro serviço além da auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária BR-040 S.A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thornton e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária BR-040 S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, poder concedente, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Nova Lima/MG, 19 de março de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO